

Um Rio Negro de Tensões

Diplomacia políticas em uma fronteira ibero-americana, 1816-1820

ADILSON J. I. BRITO*

Introdução

Entre janeiro de 1818 e outubro de 1820, uma atmosfera de tensão marcou as relações políticas estabelecidas entre as autoridades militares luso-espanholas situadas no trecho fronteiriço do Alto Rio Negro português. Por entre as águas localizadas na linha imaginária traçada imprecisamente pelas demarcações portuguesa e espanhola ao longo do século XVIII, um fluxo considerado anormal de comunicação oral, impressa e manuscrita foi estabelecida entre os comandantes dos pontos avançados de fronteira das duas nações ibero-americanas, situadas no Forte de São José de Marabitanas, do lado português, e na Fortaleza de *San Carlos*, do lado espanhol.

O motivo imediato que alardeou as autoridades portuguesas da Capitania do Rio Negro diz respeito à conduta militar, considerada inadequada, do comandante português da fronteira, o Tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto, que decidiu acolher em Marabitanas um oficial realista espanhol em um momento delicado das relações diplomáticas ibéricas, por conta da guerra de independência que se desenrolava no lado espanhol, sobretudo no Vice-Reino da Nova Granada e na Capitania Geral da Venezuela. Sem a devida comunicação e consulta ao governador da Capitania, seu superior hierárquico, Ferreira Barreto decidiu acolher o capitão e ex-comandante de *San Carlos*, D. Francisco Orosco, deposto do cargo e perseguido pelas tropas revolucionárias capitaneadas por Simon Bolívar e José Antonio Páez.

A estadia do capitão Orosco na fortaleza de Marabitanas foi o suficiente para descortinar o estado das relações políticas e diplomáticas em um espaço limítrofe entre os dois impérios ibéricos, marcado por interesses políticos e pessoais de caráter local, que eram construídos no cotidiano das relações sociais que fluíam na fronteira, constituindo-se como alternativas às regras acordadas oficialmente nos tratados de amizade e neutralidade firmados conjuntamente entre Portugal e Espanha no século XVIII, durante o processo de demarcação dos limites territoriais na região do rio Negro, como o Tratado de Santo Ildefonso de 1777 (LUCENA GIRALDO, 1993; MENDIBLE ZURITA, 2003).

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Professor Assistente II da Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudos de Fronteira (GEF -CNPq).

Em sentido relativamente inverso a essa interpretação, a rala historiografia existente sobre esse incidente que vem servindo de referência pouco conseguiu ultrapassar a mera descrição documental, atada à pitadas de nacionalismo "brasileiro" diante da ameaça do inimigo "rebelde" venezuelano. No geral, paira a ideia de que a tensão criada por esses acontecimentos na fronteira portuguesa não foi o suficiente para abalar as relações luso-espanholas, que se mantiveram respeitadas e harmônicas, no qual se destacaria a atuação heroica de Ferreira Barreto que soubera conduzir a situação com habilidade (REIS, 1957: p. 12)¹.

Este trabalho procura discutir essa versão historiográfica tornada clássica e comumente apropriada, em suas linhas gerais, pelos autores brasileiros quando se reportam às realidades limítrofes luso-espanholas no extremo norte da América portuguesa desse período. As relações diplomáticas entre os Estados-Nação peninsulares não excluem a fabricação de uma teia de poder constituída no bojo das relações sociais tecidas a partir das demandas, expectativas e necessidades localizadas no espaço limítrofe, que, em certa medida, subvertem as normas institucionalizadas em nome de interconexões de interesses que ganham sentido quando apreendidos nas dinâmicas sociais (ADELMAN & ARON, 1999; SEIGEL, 2005; ONG, 2012).

Desse modo, é possível apreender parte dessa complexidade social e política retirando o caráter nacionalista (não o nacional) e episódico que a historiografia brasileira vem atribuindo às relações diplomáticas estabelecidas na fronteira do rio Negro na primeira década do oitocentos, partindo de uma abordagem política *conectada*, cuja base está na articulação de testemunhos dos *dois lados nacionais* da fronteira, borrando eventualmente suas linhas, mas mantendo-as bem visíveis para a compreensão da realidade da Capitania do Rio Negro (PRADO, 2005; PURDY, 2006)².

O Rio Negro na diplomacia ibero-americana em tempos de revolução

¹ É preciso registrar que o referido artigo de Arthur César Ferreira Reis se propõe a apresentar os acontecimentos e não interpretá-los por falta de dados importantes não encontrados pelo autor, o que é feito no anexo intitulado "Documentário", no qual aparecem publicados os registros documentais sobre a tensão diplomática na fronteira do rio Negro. Contudo, o ordenamento dado por Reis à introdução narrativa sobre a diplomacia no rio Negro não deixa dúvidas de sua compreensão nacionalista e episódica dos acontecimentos.

² A referências aos textos de Prado e Purdy se justificam pela apresentação do debate sobre as contribuições e problemas teóricos e metodológicos da história comparada e da história transnacional. Os dois autores sublinham que *uma abordagem não exclui a outra*, apesar do esforço de alguns autores em delimitar bem essa fronteira.

O rio de águas escuras que transpassava os domínios ibero-americanos servia também de referência oficial para as duas extensas áreas administrativas situadas nos limites territoriais entre os dois Estados. Na parte portuguesa, o Rio Negro era parte da Capitania do Rio Negro³, considerada uma unidade administrativa subordinada à Capitania do Grão-Pará, que era sede do Estado do Grão-Pará e Rio Negro desde 1772. A sede do governo estava situada na vila de Barcelos, na margem direita do rio, instituída como lugar oficial das partidas de demarcação luso-espanholas desde 1750. Na parte espanhola, a região fronteira do rio Negro compunha um extenso distrito administrativo e militar denominado *Cantón Río Negro*⁴, cuja comandância militar estava sediada na vila de *San Fernando de Atabapo* na região do Alto Orinoco, sendo subordinado à Província de Guayana, a maior unidade político-administrativa da Capitania Geral da Venezuela desde 1777 (REIS, 1989: p.119-120 ; DONÍS RÍOS, 2002: p. 14).

Apesar do aprimoramento administrativo dos Estados ibéricos para melhor dimensionar, povoar e explorar esse vasto espaço físico segundo os princípios ilustrados do racionalismo e do pragmatismo dos reformistas josefinos e bourbônicos da segunda metade do século XVIII, a fronteira do Rio Negro manteve-se em grande medida como lugar periférico do ponto de vista político e administrativo. As principais políticas desenvolvidas pelos ilustrados administradores ibéricos foram direcionadas para os lugares que consideravam fundamentais para a exploração econômica, como foi o caso do rio Negro confluyente com o Amazonas do lado português, e do rio Orinoco do lado hispânico, onde estiveram situadas as capitais administrativas mais importantes, Barcelos e Angostura respectivamente (HALPERIN DONGHI, 1985: p.17).

Essas sedes centrais do poder distavam muitos dias da área limítrofe, que ficava sob a supervisão direta dos agentes militares dos postos avançados situados nos Fortins de São

³ A Capitania do Rio Negro foi instituída pela coroa portuguesa na carta régia de 3 de março de 1755, com a expectativa de melhorar o controle português sobre as fronteiras com os domínios espanhóis. Por recomendação do governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a sede da nova capitania deveria ser instalada na aldeia Mariuá de São José de Javari, o que foi feito na Provisão régia de 23 de junho de 1757, sendo mudada a sua nomenclatura para Barcelos.

⁴ O vasto distrito nomeado *Cantón Río Negro* compunha a *Gobernación de Guayana*, cuja sede administrativa era a cidade de Angostura, situada no Baixo Orinoco, que passou a ser a sede do governo provincial com a instituição da Capitania Geral da Venezuela, pela real cédula de 8 de setembro de 1777. A criação da capitania foi produto da reforma administrativa bourbônica que reconheceu a incapacidade de gestão eficaz do Vice-Reinado de Santa Fé em defender os territórios guayaneses dos avanços portugueses nas regiões dos rios Negro e Branco. Essa vasta região de fronteira com os domínios portugueses por vezes aparece identificada como região do "Alto Orinoco, Río Negro e el Parime".

Gabriel da Cachoeira e São José de Marabitanas na parte lusitana, e na Fortaleza de *San Carlos* na parte espanhola. A presença dos aparelhos estatais nessa região era sobretudo de natureza militar, com os fortes e seus presídios servindo de referências centrais. Além disso, a proeminência populacional indígena colocava em evidência uma região pouco povoada por brancos europeus dos dois lados, o que aumentava a necessidade de controle sobre os espaços limites do Rio Negro, dado o alto grau de autonomia nas relações sociais e políticas construídas historicamente (LUCENA GIRALDO, 1992: p. 62; DONÍS RÍOS, 2002: p. 53).

Diante dos problemas internacionais causados pela guerra franco-britânica iniciada em 1807 na Europa, a política imperial portuguesa para a área limítrofe da Capitania do Rio Negro com a Caribana Espanhola se manterá com o objetivo de "Defesa das Capitanias do Pará, Rio Negro, e Rio Branco de maneira que nada nos ficasse a temer de hum Vizinho igualmente inquieto, como poderoso". A recomendação mais importante dada ao governador do Estado era o de "hum exacto reconhecimento de todo o Paiz, e dos Rios, e Canaes, por que hé cortado, assim como dos Canaes entre as Ilhas que conduzem as importantes embocaduras do Rio Amazonas"⁵, o que indicava a necessidade do conhecimento espacial preciso, como prática ilustrada do Estado moderno científico e pragmático voltado para a defesa militar eficiente dos limites territoriais de seus domínios americanos (WHITERS, 2007: p. 3 e ss).

As ordens do ministro plenipotenciário D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, foram dadas em observação à capitulação portuguesa de Caiena na região das Guianas, o que dava um fôlego renovado à política luso-americana de expansão territorial que, nesse momento, procurava pressionar as posições franco-espanholas com uma política efetiva de ocupação territorial na fronteira com a Guiana Francesa em represália à ocupação de Lisboa pela aliança França-Espanha em 1807 (ALEXANDRE: p. 95-97; MOLINER PRADA, 2010: p. 111).

No período em que se desenrolou a guerra na Europa, a política imperial portuguesa foi claramente orientada pelo predomínio dos interesses e perspectivas americanas, em detrimento da antiga sede peninsular, Lisboa, e por uma postura internacional que oscilava entre o relativo isolacionismo e o expansionismo perante os domínios espanhóis sul-

⁵ Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores (1808-1813). Ofício do Conde de Linhares ao Governador do Estado do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Menezes, datado em 18/05/1809. Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEP).

americanos. Diante da guerra que requeria a completa atenção das grandes potências europeias, o Império luso, já sediado na América, pode desenvolver estratégias para estender seus limites territoriais e políticos no continente, dado que a derrota da França em Waterloo em 1815 também significava o enfraquecimento da Espanha no cenário ibero-americano. O centro dessa postura política foi a intervenção na região do Rio da Prata a partir de 1815, que culminou na tomada de Montevideú, da Colônia do Sacramento e na anexação da Banda Oriental pelo Império lusitano em 1816 (ALEXANDRE: p. 336, 338 et ss.; PIMENTA, 2006: p.77-79).

No outro extremo estava a Espanha, aliada à Napoleão, ocupando um espaço ambíguo nas relações internacionais, tendo que conviver duplamente com o prestígio da aliança expansionista da França na península ibérica e com a anexação política e militar francesa após a crise gerada pela vacância de autoridade real ocasionada pela abdicação forçada de Carlos IV e Fernando VII ao trono em Bayona, seguida da cessão dos direitos reais à José Bonaparte. A coroação do irmão de Napoleão com o título de D. José I em maio de 1808 consolidou a ocupação francesa em Madri, o que gerou um problema de soberania, pois na ausência de um monarca espanhol passou a ser considerado ilegítimo o governo francês. Rapidamente, a península e o ultramar hispano-americano foram invadidos por manifestações de fidelidade a Fernando VII através da formação de Juntas de Governo soberanas (CHUST, 2007: p. 14; NAVARRO GARCÍA, 2010: p. 18-19).

A situação do Império espanhol era mais complexa comparada com a conjuntura internacional portuguesa e foi agravada com o término da guerra franco-britânica em 1815, principalmente por causa das pesadas sanções que teve que cumprir como aliada da parte derrotada. O cenário internacional a partir de 1815 mudou substancialmente se comparado à conjuntura anterior, marcado pelo distanciamento da corte portuguesa em relação à Grã-Bretanha por causa da campanha antitráfico no Atlântico, ao passo que a política britânica passou a ser orientada para a abertura de novas possibilidades de negócios nos domínios hispano-americanos, sobretudo com apoio logístico e financeiro aos movimentos republicanos das províncias caribenhas (ALEXANDRE: p. 387; TORO JIMÉNEZ, 2008: p.197)

No caso específico da Capitania Geral da Venezuela, a formação da Junta de Caracas em 19 de abril de 1810 fundou uma nova soberania de governo que aglutinou importantes setores políticos ligados às fazendas de cacau. Os chamados *criollos* "matuanos", liderados

por Francisco de Miranda, tomaram a frente do processo político e, mesmo sem o apoio de importantes províncias que se mantiveram fieis à monarquia e às Cortes de Cádiz, reuniram-se em Congresso Geral e decidiram proclamar a independência da República Federal da Venezuela em 15 de julho de 1811. A independência foi interpretada pelos fidelistas ou realistas como uma ruptura completa com as verdadeiras bases do Império, o que levou à eclosão da guerra. O espaço central do conflito foi, primeiramente, a parte caribenha da Venezuela, onde estavam situadas as principais províncias realistas de Coro e Maracaibo⁶, e a capital insurgente Caracas, que capitaneava as Províncias Unidas⁷ (CHUST & FRASQUET, 2009: p. 40-42). A violência desenfreada da repressão monarquista será a realidade da guerra entre 1812 e 1815. A perseguição armada aos líderes da insurreição e a todos os que lhes apoiaram produziu uma paisagem de repressão e destruição que, aos olhos dos contemporâneos, tinha poucos paralelos no passado hispano-americano (BARALT & DÍAS, 1841: p. 189; PÁEZ: 1867: p. 26-7).

O panorama singular de violência da repressão realista causava preocupações na recém-restaurada monarquia de Fernando VII. A saída mais sensata era a "pacificação" das colônias espanholas, sobressaltadas pelas "escandalosas doutrinas" e pelos projetos autonomistas, que atingiam sobretudo as camadas de mulatos, pardos e negros, tornados novos soldados patriotas recrutados com as promessas de liberdade das tropas de guerrilha dos caudilhos ligados à Bolívar, como foi o caso de Páez (THIBAUD, 2003: p. 269; ADELMAN, 2006: p. 272-277). Em fevereiro de 1815, foi nomeado como marechal pacificador das Índias Ocidentais D. Pablo Morillo, cuja missão era a de reintegrar as regiões insurgentes da mal fadada República à Nação espanhola. Santa Fé de Bogotá e Caracas eram os alvos principais no Vice-Reino da Nova Granada.

A campanha expedicionária de Morillo logo avançou pela parte caribenha, enquanto as lideranças republicanas retiravam-se da Ilha Margarita para a Província de Guayana, apoiados por tropas do Haiti e por auxílios financeiros da Grã-Bretanha. A República da Venezuela passou a ser instalada a partir de 19 de julho de 1817 em Angostura, capital de Guayana,

⁶ A terceira província realista de maior envergadura era Guayana, que aglutinava todas as cidades e povoações do baixo Orinoco.

⁷ Os mantuanos de Caracas proclamaram a Independência e a República com o apoio das províncias unidas de Cumaná, Barinas, Margarita, Barcelona, Mérida e Trujillo, todas situadas na região dos campos e no litoral do Caribe.

província que, como já vimos, estendia seus limites territoriais até a fronteira com o Rio Negro luso-americano (TORO JIMÉNEZ: p. 219-229).

Os limites territoriais luso-espanhóis do Rio Negro, portanto, estavam imersos em uma conjuntura de rivalidade diplomática entre as nações ibéricas, que inspirava cuidados de parte a parte. Embora o centro das principais contendas políticas estivessem situadas em regiões muito distantes da fronteira ibero-americana Rio Negro-Guayana, influxos importantes seriam sentidos pelos agentes políticos locais, que procuravam se orientar pelas ordens recebidas de seus superiores no sentido de manter uma diplomacia marcada sobretudo pela neutralidade e boa vizinhança em espaços periféricos, posto que os interesses capitais no tabuleiro das relações políticas concentravam-se, sobretudo, na região do Rio da Prata, onde a corte portuguesa empreendia um expansionismo econômico e territorial de mesmo porte do da ocupação de Caiena na Guiana Francesa. É na complexidade desse cenário político e diplomático que se desenrolaram as tensões no Rio Negro, com reflexos para os dois lados dos limites nacionais.

A "boa vizinhança" e o mundo dos negócios na fronteira

Em correspondência oficial datada de 22 de fevereiro de 1818, endereçado ao governador do Estado do Grão-Pará, o governador da Capitania do Rio Negro José Joaquim Vitório da Costa reuniu uma série de correspondências trocadas entre as comandâncias militares da fronteira luso-espanhola, e destas com o governo da Capitania do Rio Negro⁸. Foi realizada uma primeira exposição do estado das relações políticas entre as duas nações

⁸ Boa parte das correspondências referentes à fronteira da Capitania do Rio Negro com a Província de Guayana durante os últimos anos da década de 1810 foram publicadas por Arthur César Ferreira Reis no referido artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A documentação original manuscrita encontra-se no Arquivo Público do Estado do Pará, em bom estado de conservação, reunida no Códice 702: Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1818-1820). É preciso ressaltar que a ordem documental apresentada por Reis não é a mesma que se encontra no APEP, o que certamente possui relação com a reorganização da gestão arquivística do acervo iniciada em 1989 e 1990, com o objetivo de cumprir a legislação sobre a política nacional e estadual de Arquivos, sobretudo com a instalação do Sistema Estadual de Arquivos - SEAP, pelo Decreto estadual de nº 5.961, instituído na gestão de Hélio da Mota Gueiros como governador do Estado e João de Jesus Paes Loureiro como Secretário de Estado de Cultura. A partir desse decreto, a documentação do APEP antes empilhados de maneira imprópria em locais como porões, banheiros, cozinhas e etc, foi organizada em fundos e divididos por secretarias, sendo reordenados os documentos nos códices ou organizados em caixas identificadas por período e por natureza da documentação. Para maiores informações, ver ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/ Arquivo Público do Estado do Pará, 1998, p. 264-270. Trabalharemos com os dois conjuntos documentais.

ibéricas em um momento político muito delicado do lado espanhol relacionado à tomada dos fortes e povoados da região do Alto Orinoco e Río Negro pelas tropas patriotas ou republicanas sob o comando de Simon Bolívar e José Antonio Páez. O mais intrigante fora, segundo o relato do governador, a conduta do Comandante do Forte de São José de Marabitanas, o Tenente Francisco Miguel Ferreira Barreto, que "errou contra minha opinião e contra meu Sistema, (...) dando ali Carcere, e fazendo-se Carcereiro do reo Ex-Commandante Hespanhol Orosco, dito do Partido dos rebeldes pelo actual Commandante Hespanhol em S. Carlos"⁹.

Na avaliação do Governador, o comandante de Marabitanas estaria "muito atrasado para Commandar Fronteiras", por não entender que ao acolher um oficial realista espanhol em terras portuguesas traria a oposição dos patriotas, que reclamariam da intervenção portuguesa em assuntos internos da Venezuela, o que de fato foi feito pelo novo Comandante de São Carlos, o capitão patriota Hipólito Cuevas, reivindicando o próprio princípio político português de neutralidade em assuntos externos¹⁰. Por isso, era importante que essa intervenção inadequada do Tenente Ferreira Barreto fosse dirimida com a devolução imediata do oficial Francisco Orozco para os patriotas, cuja ordem foi enviada à Marabitanas com extremas rispidez por parte do Governador, que, indignado, classificou a dita atitude nos seguintes termos:

Que saída mais dezacordada que esta! Negar-se, e negar o seu Posto a serem Carcereiro, e Carcere para hu reo estrangeiro oferecendo ao mesmo tempo para isso o seu Governador, e a residencia deste, como que para isso tivesse, eu alçada sua, ou permissão minha! [...] Rematando agora este Artigo julgo necessário advertir a Vm.^{ce}, que evite, quanto for possivel, contestaçoens por escripto com esse, ou outro Comandante Hespanhol ahi; nas contestaçoens que forem indispensaveis não ame discretiar, segue o estilo, reduzindo-o a, sim, não, fundando-se estrictamente nas Ordens que tiver, uzando sempre da negativa aonde

⁹ Ofício do Governador da Capitania do Rio Negro José Joaquim Vitório da Costa para o Governador do Estado do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, o Conde de Vila-Flor, datado em 22/02/1818. Códice 702: Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1818-1820). APEP.

¹⁰ Correspondência do Comandante da Fortaleza de São Carlos da Caribana Espanhola, Capitão Hipólito Cuevas, ao Senhor Comandante de S. José de Marabitanas, datado em 07/02/1818. Códice 702: Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1818-1820). APEP.

*acazo lhe faltarem ordens, e escuzando anegativa pela estreiteza da sua authoridade, a qual não lhe permite mais sem recorrer ao Governo; [...] (grifo nosso)*¹¹

A falta de competência de Ferreira Barreto poderia causar danos muito maiores à soberania portuguesa na fronteira, por causa dos "ardis do Commandante Hespanhol ahi vezinho para arrastar a Vm.^{ce} atomar parte na cauza delle com os rebeldes da Goiana"¹². A irritação do Governador do Rio Negro estava plenamente justificada, tendo sido aprovada pelo Governador do Estado, que lhe deu "carta branca" para conduzir a questão¹³. Contudo, o maior incômodo de Vitório da Costa estava na impostura de autonomia com que o Tenente Barreto negociara com a autoridade espanhola, realista e patriota, passando por cima da rígida hierarquia militar portuguesa de Antigo Regime, a exemplo da proclamação feita por Ferreira Barreto aos povos do Alto Orinoco e Rio Negro para que não abandonassem o legítimo rei Fernando VII¹⁴, manifestação essa que talvez não tenha sido conhecida pelo governador do Rio Negro.

Qual seria a lógica do comportamento autônomo do Tenente Ferreira Barreto? Como explicar uma tal conduta militar de um oficial português diante de uma conjuntura tão perigosa como o da eclosão da guerra de independência na Capitania Geral da Venezuela? Fortes indícios documentais apontam para a rede de relações que o comandante de Marabitanas possuía com o lado espanhol, com o qual mantinha frequente comunicação extra-oficial com sujeitos diversos, fossem fiéis ao projeto monarquista do rei Fernando VII ou partidários da causa republicana defendida na fronteira pelos combatentes de José Antonio Páez.

Assim se deu em relação ao novo comandante militar de São Carlos, Hipólito Cuevas, para o qual Ferreira Barreto agradece ao patriota "o [Cuidado] que Vm.^{ce} tem tido com

¹¹ Ofício do Governador da Capitania do Rio Negro José Joaquim Vitório da Costa para o Comandante do Forte de São José de Marabitanas Tenente Francisco Miguel Ferreira Barreto, datado em 28/01/1818. Códice 702: Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1818-1820). APEP. (REIS, 1957: p. 22-29).

¹² Idem, ibidem.

¹³ Ofício do Governador do Estado do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, o Conde de Vila-Flor para o Governador da Capitania do Rio Negro José Joaquim Vitório da Costa, datado em 27/03/1818. Códice 693: Correspondência do Governo com Diversos (1817-1820). APEP.

¹⁴ "Proclama hecha a los vassallos del Rey de España por Pedro Miguel Ferreira Barreto, Temiente del 2º Regimiento de Línea del Estado del Gran Pará, y ahora Comandante de la frontera de Portugal en el Río Negro, en el fuerte de San José de Marabitanas y pueblos anexos. Dirigida a as provincias españolas del Alto Orinoco, con capital en Guayana, para que no abandonen al monarca español. Marabitanas, 10 de diciembre de 1817. Manuscrito, firma autógrafa, 2 ff. Sig. 9/7652, leg. e), ff. 163-164v." (REMEDIOS CONTRERAS, 1985: p. 82).

acobrança do q.^e me deve Romão Garcia", além de oferecer seus préstimo pelas "expressoens de amizd.^e com q. Vm.^{ce} me trata, mostrando oagradecim.^{to} do bom agazalho e estima com q. tenho tratado ao honradissimo Benemerito Castelhana naturalizado hoje legitimo Portuguez D. Christovão Garcia". A referência a Cristóvão Garcia, emigrado espanhol em Marabitanas, se justifica pelas relações comerciais que possuía com Ferreira Barreto, visto que "ainda m.^{mo} antes de ter p.^a esta Frontr.^a eu oconsiderava p.^r hum am.^o [amigo] sem igual"¹⁵.

O tratamento de *informalidade* dispensado aos sujeitos espanhóis na carta de Ferreira Barreto ia completamente de encontro às orientações irritadiças de seu superior hierárquico, o Governador Vitório da Costa, que, em diversas correspondências, ordenava que se mantivesse o tom formal nas comunicações com o lado espanhol, seguindo as orientações diplomáticas portuguesas de "neutralidade e boa vizinhança" com os domínios hispano-americanos. Mas, nos confins do Rio Negro parece que a dinâmica era outra e com lógicas muito singulares.

As relações políticas na fronteira do Rio Negro, nesse sentido, possuíam certa flexibilidade oriunda das circulações de pessoas, interesses e negócios entre os moradores e agentes oficiais dos dois lados, que transpassavam os limites nacionais estabelecidos e circulavam com certa regularidade por entre a volatilidade de projetos políticos no lado hispano-venezuelano. Mesmo a despeito da guerra que estava sendo travada na parte caribenha, Angostura de Guayana fora ocupada pelas tropas patriotas de José Francisco Bermúdez em 17 de julho de 1817. Guayana passou a integrar as Províncias Unidas da República da Venezuela como sede do governo executivo e do Conselho de Estado a partir de 7 de agosto, figurando simbolicamente como a "oitava estrela" do pavilhão republicano (FERNÁNDEZ, 2007: p. 225; 226; 245; 248; 249; 285).

No distrito do Alto Orinoco, a guerra era conduzida pelo caudilho militar partidário do projeto republicano de Bolívar, José Antonio Páez, que empreendia o avanço sobre os postos leais à Espanha através da "pequena guerra" ou guerra irregular, travada em combates localizados com pequenas tropas na vastidão do espaço pouco habitado (THIBAUD, p. 281). Talvez por conta da disparidade entre a enormidade da região do Río Negro e o estilo de combate irregular e localizado das tropas republicanas, as relações entre moradores,

¹⁵ Carta do Comandante do Forte de São José de Marabitanas Tenente Francisco Miguel Ferreira Barreto ao Comandante Militar da Fortaleza de São Carlos Hipólito Cuevas, datado em 31/08/1818. Gobernación de Guayana, Tomo VI (1818): Subfondo Revolución y Gran Colombia. Archivo General de la Nación - Venezuela (doravante AGNV).

comerciantes e agentes políticos fosse possível com alguma regularidade. A chegada de Hipólito Cuevas à região, enviado por Páez com 80 homens para fazer patrulhas ao longo da fronteira com os domínios portugueses, aumentou a sensação de insegurança entre a sociedade local, sobretudo nos moradores que se declararam leais ao rei Fernando VII. Os temores em relação à possível violência da perseguição patriota levou os frades franciscanos e as autoridades realistas José Benito López e Francisco Orozco a fugir para o lado português em outubro de 1817, tendo este último sido acolhido preso em Marabitanas em dezembro. (MONTENEGRO COLON: 1837, p. 275; VERGARA Y VELASCO: 1897, p. 79).

Apesar da tensão criada na fronteira com os embates entre realistas e patriotas, as relações comerciais não foram enfraquecidas, nem mesmo com a chegada de Cuevas e dos republicanos à comandância de São Carlos. O novo comandante parece ter se integrado aos negócios locais, assim como às circulações de pessoas e gêneros desenvolvidas por sujeitos como D. Christóvão Garcia, partidário realista e comerciante espanhol emigrado para o lado português em novembro de 1817, no momento de avanço das tropas de Bermúdez e Páez em Guayana. Garcia logo se estabeleceria como negociante entre os dois lados da fronteira, cujo trabalho deveria ser mantido com o bom tratamento ao novo comando de *San Carlos*, como bem demonstra em carta a Cuevas na qual o aconselhava a investir mais no comércio de artigos escassos do lado português, como cavalos, chichi¹⁶, breu, chica¹⁷ e cacau, tendo a si como intermediário. Por outro lado, poderia ser um objetivo interessante para o emigrado espanhol aumentar seu raio de inserção no negócio da salsaparrilha, sobre a qual havia uma procura regular do lado espanhol (HARO CUESTA, 2002: p. 193), além do comércio de tabaco, roupas, dentre outros gêneros levados para Guayana em conformidade com o comandante de São Carlos, ao qual informava que:

[...] tanto oq.^e Vm.^{ce} mandar pedir como oq.^e Vm.^{ce} me remeter, eu a jeito, assim como oq.^e Vm.^{ce} queira e me mandar pedir p.^{to} [pronto] lhe irá, pois nestes Negócios pode Vm.^{ce} fazer muito ganho, pois a minha Salça sempre se vendeo em Goiana a 74

¹⁶ Nomeada cientificamente *Ingá Heterophylla*, da família das leguminosas, chamada popularmente de "ingá-chichi" ou "ingá-chichica", muito encontrado em todos os capoeirões do Estado do Pará, Guianas e Venezuela, com o qual os índios costumavam fazer uma bebida fermentada tomada em suas comemorações rituais (DUCKE, 1939: p. 14-16; PEREIRA, 1974: p. 146).

¹⁷ Nomeada cientificamente de *Bignonia chica* pelo naturalista Alexander von Humbolt, a chica é um arbusto trepador do Brasil, muito abundante nas margens do Rio Negro e do Orinoco, de cujas folhas, maceradas em água, se tira uma tintura avermelhada, muito utilizada pelos indígenas para pintar os corpos. Também chamada no Brasil de *piranga*, *carajurú* ou *chica*. (CHERNOVIZ, p. 750).

*Pezos a Arroba, e os Caballos nesses Países os pode Vm.^{ce} fazer com os Índios que não lhe ssae a trez Reaes a polegada, pois bem lhe pode sacar a Sera atodos os Indios de seu Comando, e verá que ganho lhe rezulta, se ha proporcion, de mandarme, quatro a Sinco Queijos grandes e bons e q.^e se bem feitos, para regallar alguns Sugeitos, e setem Carne e Queijo igoste de mandar alguma p.^a eu provar estimarei m.^{to}.*¹⁸

Sob a autoridade de Cuevas e das hostes patrióticas, Garcia parecia entrever grandes possibilidades de desenvolver recíprocos negócios com as autoridades de *San Carlos* e Marabitanas, com os quais estavam ligados também por laços de consideração pessoa e amizade, apesar de ter tomado partido da causa de Fernando VII, sob a proteção do comandante de *San Fernando de Atabapo* José Benito López¹⁹. Nesse sentido foi que, em meio às severas críticas feitas pelo governador do Rio Negro, Ferreira Barreto agradecia a Cuevas o apoio dado a Garcia, que "acaba de chegar [...] acompanhado dehum sortimento demais de Sinco mil Cruzados, aviver na m.^a Compan.^a, em Sociedade com migo", o que demonstra a continuidade das práticas comerciais por entre os limites nacionais²⁰.

Essa convicção de que os negócios melhorariam sob a bandeira republicana do novo Estado venezuelano parecia ser fortalecida pela péssima fama deixada pelos realistas nos negócios da fronteira, sobretudo do antigo comandante de São Carlos. A inserção de D. Francisco Orozco no mundo dos negócios transnacionais fora pontuada por várias desordens nas transações comerciais, o que despertou o protesto de diversos comerciantes das praças hispano-venezuelanas. Pesava contra o mesmo a acusação de abuso de autoridade por ter recebido dívidas em nome de comerciantes em *San Carlos*²¹ e *San Francisco Solano*²², no rio

¹⁸ Carta de D. Christovão Garcia para o Capitão Comandante da Fortaleza de São Carlos Hipólito Cuevas, datada em 31/08/1818. Gobernación de Guayana, Tomo VI (1818): Subfondo Revolución y Gran Colombia AGNV.

¹⁹ Cópia da Carta do Comandante de San Fernando de Atabapo José Benito López ao Comandante do Forte de Marabitanas Pedro Miguel Ferreira Barreto, datada em 30/11/1817. (REIS, 1957: p. 16)

²⁰ Carta do Comandante do Forte de São José de Marabitanas Tenente Francisco Miguel Ferreira Barreto ao Comandante Militar da Fortaleza de São Carlos Hipólito Cuevas, datado em 31/08/1818. Gobernación de Guayana, Tomo VI (1818): Subfondo Revolución y Gran Colombia AGNV.

²¹ Idem, ibidem.

²² Um outro comerciante, Fr. Juan Santiago Marques, reclamava de um prejuízo de duzentos e cinquenta pesos e quatro reais recebidos por Orozco na praça de S. Francisco Solano nas proximidades de São Carlos, depois de o mesmo enviar uma carta falsa a uma família de índios e fazer com que entregassem suas dívidas ao comandante ao invés do comerciante, o que lhe fez dar queixa ao Conselho de Justiça em São Fernando de Atabapo. Queixa do Senhor Fr. Juan Santiago Marques ao Consejo de Justicia Mayor del Alto-Orinoco y Río Negro, en San

Cassiquiare, além das reclamações de uso tirano sobre o trabalho dos índios, cujos mal tratos e faltas de pagamento os incentivava a emigrar para o lado português em busca de refúgio²³, para rapidamente também serem integrados no serviços reais da Capitania do Rio Negro²⁴.

Um dos lesados era Garcia, que reclamava que Orozco teria recebido dívidas suas em diversas praças do distrito e de ter se apossado indevidamente de armas e outros objetos seus, pelo que solicitava a Cuevas, tendo Ferreira Barreto como avalista, que permitisse a ida de seu filho adotivo José Antonio ao lado português para que remediasse os prejuízos causados por Orozco, fazendo um levantamento de todos os seus devedores em Guayana e Rio Negro²⁵.

Todas essas reclamações podem ter funcionado positivamente sobre os povos do Alto Orinoco e Rio Negro, que viram com bons olhos a ocupação patriota na fronteira. A escolha entre os projetos políticos da Monarquia Constitucional e da República passavam também por lógicas fincadas no cotidiano dos negócios de artigos e gêneros que abasteciam os dois lados da fronteira. Esses fluxos comerciais tinham quer ser mantidos por serem produto das necessidades locais dos dois lados dos limites territoriais e, portanto, tinham sua importância no abastecimento de cidades e povoações muito distantes dos principais centros produtores, além de servir aos interesses pessoais dos agentes governamentais na região. Podemos inferir que entre os portugueses engajados no fluxo comercial a sensação poderia ser a mesma, dado que a conduta pouco ética do negociante Orozco tensionou as relações entre Ferreira Barreto e Hipólito Cuevas, por conta da venda de uma canoa e uma imagem de N. Senhora da

Fernando de Atabapo, em 08/06/1818. Gobernación de Guayana, Tomo VI (1818): Subfondo Revolución y Gran Colombia. AGNV.

²³ Ofício do Comandante da Fortaleza de São Carlos Hipólito Cuevas para o Comandante Geral da Província de Guayana, datado em 31/10/1818. Carta do Comandante do Forte de São José de Marabitanas Tenente Francisco Miguel Ferreira Barreto ao Comandante Militar da Fortaleza de São Carlos Hipólito Cuevas, datado em 31/08/1818. Gobernación de Guayana, Tomo VI (1818): Subfondo Revolución y Gran Colombia. AGNV.

²⁴ O próprio Cristóvão Garcia juntamente com o Frei João de San Thiago Marques foram apresentados pelo novo governador da Capitania do Rio Negro Manuel Joaquim do Paço ao Conde de Vila Flor como prestadores de serviço, com a incumbência de transportas em suas embarcações madeiras para o Arsenal Real do Pará. Ofício do Governador da Capitania do Rio Negro Manuel Joaquim do Paço para o Governador da Capitania do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, o Conde de Vila-Flor, 29/07/1819. Códice 702: Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1818-1820). APEP.

²⁵ Carta de D. Christóvão Garcia ao Senhor Silbestre Mallepe, s/d. Gobernación de Guayana, Tomo VI (1818): Subfondo Revolución y Gran Colombia AGNV; Carta do Comandante do Forte de São José de Marabitanas Tenente Francisco Miguel Ferreira Barreto ao Comandante Militar da Fortaleza de São Carlos Hipólito Cuevas, datado em 31/08/1818. Gobernación de Guayana, Tomo VI (1818): Subfondo Revolución y Gran Colombia. AGNV.

Conceição no valor de cem pesos, que Cuevas passou a lhe cobrar do Tenente lusitano sob a alegação de os ditos artigos serem de posse do Estado²⁶.

À guisa de conclusão, nem de longe essas interconexões na fronteira proporcionadas pelas relações de comércio anulavam as identidades nacionais dos envolvidos ou se faziam à revelia do greve momento político. As retóricas de amizade trocadas nas correspondências entre Ferreira Barreto e Cuevas também eram orientadas pela conjuntura vivenciada na península ibérica, que tinha repercussões no Rio Negro ibero-americano. Apesar de estar relativamente afastado o perigo de invasão de parte a parte sobre a fronteira oposta, entre 1818 e 1819 foram intensos os pedidos de oficiais, soldados, trabalhadores para fazerem as reformas dos fortins e equipamentos de guerras feitos pelo governo do Rio Negro ao governador do Estado do Grão-Pará²⁷ como pelo governo republicano à comandância do Alto Orinoco²⁸.

A linha da fronteira era sempre fortalecida efetivamente quando o assunto era a revolução republicana no lado espanhol, seguida da exigência de não-intervenção política lusitana, o que exigia a *formalidade* de execução de tratados ao longo dos limites territoriais. A consolidação do poder republicano em Guayana dependia também das boas relações com as autoridades portuguesas da fronteira, o que foi feito com o envio de uma Ata da Junta de Guerra de *San Fernando de Atabapo*, sob o comando do General Juan José Liendo, nomeado por Bolívar para o distrito do Alto Orinoco, no qual se propunham-se seis artigos centrais:

- 1º Reconoscerse entre ambas Naciones y respetar mutuamente sus banderas;
- 2º Guardar y observar entre si el sagrado derrecho de las gentes, como q.º estamos en una tranquilla Paz;
- 3º No permitir q.º por nuestro Territorio trancitem tropas Enemigas q.º puedan ofender directa, o indirectamente los Vassallos de S.M.I. ni por el contrario;

²⁶ Ofício do Comandante do Forte de São José de Marabitanas Tenente Francisco Miguel Ferreira Barreto ao Comandante Militar da Fortaleza de São Carlos Hipólito Cuevas, datado em 27/05/1818. Gobernación de Guayana, Tomo VI (1818): Subfondo Revolución y Gran Colombia. AGNV.

²⁷ Ofício do Governador da Capitania do Rio Negro Manuel Joaquim do Paço ao Governador do Estado do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, o Conde de Vila Flor, datado em 18/12/1818; Ofício do Governador da Capitania do Rio Negro Manuel Joaquim do Paço ao Governador do Estado do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, o Conde de Vila Flor, datado em 05/03/1819; Ofício do Governador da Capitania do Rio Negro Manuel Joaquim do Paço ao Governador do Estado do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Meneses, o Conde de Vila Flor, datado em 05/04/1819. Códice 702: Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1818-1820). APEP.

²⁸ Ofício do Ministro de Estado e Relações Exteriores da República da Venezuela José R. Revenga para o Capitão Comandante do Río Negro Hipólito Cuevas, 06/04/1820. Subfondo Revolución y Gran Colombia. Gobernación de Guayana. Tomo XI (1820). AGNV.

- 4º Poder tratar y contratar mutuamente de buena fé los Negocios Mercantiles;
- 5º La Republica de Venezuela no abrigará las deserciones de las Tropas de S.M.I. ni esta Nacion abrigará las de aquella Republica en reciproca correspondencia;
- 6º No se amparararan de una, ni de otra parte los Reos criminales de lesa-Magestad y de Lesa-Patria.²⁹

O interesse de manutenção da paz na fronteira por parte das autoridades republicanas foram imediatamente aceitas pelo Tenente Ferreira Barreto como demonstração de boa vizinhança entre as duas nações, o que mais uma vez ressaltava a preocupação do governador do Rio Negro Manoel Joaquim do Paço sobre a conduta do comandante de Marabitanas de se posicionar diplomaticamente sem o aval do Governo da Capitania. Essa impostura acabou levando Paço a instaurar uma inquirição sobre três testemunhas com o intuito de melhor saber em que condições eram realizadas as comunicações oficiosas entre Ferreira Barreto e as autoridades leais à Simon Bolívar. Foram interrogados o soldado José Antonio Couto, Frei João de São Thiago Marques e o morador Domingos José Soares, tendo dito que nada sabiam sobre a "falta de patriotismo" de Ferreira Barreto no trato com os "insurgentes espanhóis" em Marabitanas³⁰.

O fato de um emigrado espanhol estar entre as testemunhas oficiais de um interrogatório parece sugestivo para pensarmos, por exemplo, na inocência de Ferreira Barreto. Os documentos citados como comunicação particular e oficiosa de Ferreira Barreto fora o tratado proposto pelo general Juan José Liendo e uma carta enviada por Bolívar na qual ameaçava de invasão a fronteira portuguesa caso o comandante continuasse protegendo inimigos da República³¹. Será que as autoridades portuguesas do Rio Negro tinham conhecimento das outras cartas enviadas e recebidas por Ferreira Barreto em comunicação com Hipólito Cuevas e Cristóvão Garcia? Porventura sabiam dos laços de amizade seladas por negócios mútuos nos dois lados da fronteira e dos favores que prestavam-se mutuamente?

²⁹ Acta Celebrada en Junta de Guérrea de este día à nome de la Republica de Venezuela prezidida por el Senor Comandante General de los Ejercitos Juan José Liendo de la distinguida Orden de Liberdade ref.^{as} a los vocales SS. Oficiales bajo subscriben. San Fernando de Atabapo, 24/02/1819. Códice 702: Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1818-1820). APEP.

³⁰ Ata de Reunião Extraordinária do dia 23 de junho de 1819, convocada pelo Il.^{mo} Senhor Governador da Capitania do Rio Negro Manoel Joaquim do Paço na Secretaria do Quartel do Governo. Códice 702: Correspondências de Diversos com o Governo da Província do Pará (1818-1820). APEP.

³¹ Ide, ibidem, fl. 2-3.

Os testemunhos sugerem que a realidade cotidiana da fronteira eram muito mais complexas e pouco informadas de parte a parte para as autoridades militares competentes. Nacional e transnacional faziam parte do mesmo círculo concêntrico de poder, cujas nuances locais pareciam mais autônomas do que queriam os governos constituídos.

Referências Bibliográficas

- ACEVEDO MARÍN, Rosa Elisabeth. A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará. In: CUNHA, José Carlos C. da (org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMA/UFPA, 1992, pp. 34-59.
- ADELMAN, Jeremy and ARON, Stephen. From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States and the Peoples in Between in North American History. *The American Historical Review*, Chicago, Vol. 104, n. 3, Jun. 1999, p. 814-841.
- ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- CHUST, Manuel y FRASQUET, Ivana. *Las independencias en América*. Madrid: Catarata, 2009.
- CHUST, Manuel. Un bienio trascendental: 1808-1810. In: CHUST, Manuel (coord.). *1808: La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: Fondo de Cultura Económica; Colegio de México, 2006, p. 11-50.
- DONÍS RÍOS, Manuel Alberto. *Guayana: historia de su territorialidad*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello; Ferrominera del Orinoco, 2002.
- DUCKE, Adolfo. *As leguminosas da Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola, 1939.
- FERNÁNDEZ, Américo. *Cronología del Estado Bolívar*. Ciudad Bolívar-Venezuela, 2007.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850 - Historia de América Latina*, 3. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- HARO CUESTA, Juan. *Ilustrados, Misioneros, Poblamiento y Educación en las Comarcas del Alto Orinoco y Río Negro de Venezuela (1750-1861)*. Tese de Doutorado (Teoría de la Historia de la Educación), Málaga: Universidad de Málaga, 2002.
- LUCENA GIRALDO, Manuel. La delimitación hispano-portuguesa y la frontera regional quiteña, 1777-1804. In: *Procesos: Revista Ecuatoriana de Historia*, Quito, nº 4, 1993, p. 21-39.
- _____. Exploración y Poblamiento en el Bajo Orinoco, 1779-1787, Fuerteventura/Islas Canarias, *Tebeto*, 5/1, 1992, p. 61-77.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MENDIBLE ZURITA, Alejandro. *Venezuela y sus verdaderas fronteras con el Brasil desde el Tratado de Tordesillas hasta la incursión de los garimpeiros*. Caracas: 1992.
- MOLINER PRADA, Antonio. O olhar mútuo: Portugal e Espanha na Guerra Peninsular (1807-1814). In: CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vivente (orgs.). *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 109-138.
- MONTENEGRO COLON, Feliciano. *Geografía General para el uso de la juventud de Venezuela*. Tomo 4, Caracas: Imprenta de A. Damiron, 1837.
- NAVARRO GARCÍA, Luís. La independencia hispano-americana, un proceso singular. In: *Temas Americanistas* [revista electrónica], Sevilla, n. 25, 2010, p. 8-25. Disponível em: <http://institucional.us.es/tamericanistas/uploads/revista/25/LUIS-NAVARRO.pdf>.
- ONG, Aiwha. "Ciudadanía Flexible: Las logicas culturales de la Transnacionalidad" y "Apostillas: Una antropología de la transnacionalidad". In: *Revista de Teoría Política*, Montevideo, Nº 2, Nov. 2012, p. 1-12.
- PEREIRA, Manuel Nunes. *Panorama da Alimentação Indígena: Comidas, Bebidas & Tóxicos na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1974.
- PIMENTA, João Pulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 2006.

- PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 153, 2^o-2005, p. 11- 33.
- PURDY, Sean. A História Comparada e o desafio da transnacionalidade. In: *Anais do VII Encontro da ANPHLAC*, Campinas-SP, 2006, p. 1-17.
- REIS, Arthur César Ferreira. Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos: Documentário. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Volume 235, p. 3-84, abril-junho 1957.
- _____. *História do Amazonas*. 2^a edição, Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.
- SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. In: *Radical History Review*, New York, N^o 91, Winter 2005, p. 62-90.
- THIBAUD, Clément. *República en Armas: Los Ejércitos Bolivarianos en la Guerra de Independencia en Colombia y Venezuela*. Bogotá: Editorial Planeta, 2003.
- TORO JIMÉNEZ, Fermín. *Historia Diplomática de Venezuela, 1810-1830*. Volumen I, Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2008.
- VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. *1818 (Guerra de Independencia)*. Bogotá: Imprenta Nacional, 1897.
- WITHERS, Charles W. J. *Placing the Enligthenment: Thinking Geographically about Age of Reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- ZEUSKE, Michael. Miranda, Bolívar y las construcciones de la "la Independencia". Un ensayo de interpretación. In: STRAKA, Tomás; SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín; ZEUSKE, Michael (compiladores). *Las independencias de Iberoamérica*. Caracas: Fundación Empresas Polar; Universidad Católica Andrés Bello, 2011, p. 279-326.

Fontes Impressas

- BARALT, Rafael María e DÍAZ, Ramon. *Resumen de la Historia de Venezuela: desde el año de 1797 hasta el de 1850*. Tomo I, Paris: Imprenta de H. Fournier y Cia., 1841.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessórias para uso das familias*. Volume 2, 6^a edição, Paris: Casa Impressora A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- PÁEZ, José Antonio. *Autobiografía del General José Antonio Páez*. Volumen 1, Nueva York: Imprenta de Hallet y Breen, 1867.
- REMEDIOS CONTRERAS, Pablo Morillo. *Catálogo de la Colección Pablo Morillo, conde de Cartagena*, Volume 1. Madrid: Real Academia de la Historia, 1985.